



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2023
(da Sra. Meire Serafim)

Requer informações do Ministério da Pesca e Aquicultura, sobre a razão do não pagamento do seguro defeso dos pescadores cadastrados junto ao INSS, da cidade de Sena Madureira, Estado do Acre.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 115, inciso I e art. 116, ambos do RICD c/c art. 50, §2º da Constituição Federal, requero que sejam solicitadas informações ao Ministro da Pesca e Aquicultura, senhor André de Paula, acerca do não pagamento do seguro defeso dos pescadores da cidade de Sena Madureira no Estado do Acre, cadastrados junto ao INSS, conforme diversos relatos de pescadores daquela localidade que buscaram esta parlamentar solicitando intervenção junto ao INSS e a este Ministério, uma vez que foram pagos para pescadores de outras cidades do Estado do Acre.

Desta forma, solicito que o Ministro informe:

- a) a quantidade de pescadores cadastrados para recebimento do seguro defeso, no município de Sena Madureira, Estado do Acre;
- b) a quantidade de pescadores cadastrados para recebimento do seguro defeso, no município de Sena Madureira, Estado do Acre, que estão com pendências cadastrais e quantidade de aptos;
- c) a quantidade de pescadores cadastrados para recebimento do seguro defeso, no Estado do Acre, aptos e com pendências, divididos por município;
- d) cronograma de pagamento do seguro defeso para pescadores aptos, no município de Sena Madureira, Estado do Acre;
- e) motivos sobre atraso e/ou não pagamento do seguro defeso para pescadores, no município de Sena Madureira e de outros municípios do Estado do Acre.

Por oportuno, também, solicito o encaminhamento de outras informações e/ou documentos que Vossa Excelência julgar necessário.





JUSTIFICATIVA

Conforme exposto no corpo do requerimento de informações, chegou ao conhecimento desta parlamentar que diversos pescadores do município de Sena Madureira no Estado do Acre, inscritos no Ministério da Pesca e Aquicultura, não estão recebendo o seguro defeso do INSS. Entretanto, o seguro defeso foi regularmente pago para pescadores de outras cidades do Estado do Acre, conforme os mesmos relatos.

O seguro defeso garante ao pescador artesanal o acesso a um benefício durante o período em que a pesca é proibida.

Neste sentido, sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Assim, requer o deferimento.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 2023.

Deputada MEIRE SERAFIM

União/AC

